

# Elites em disputa: políticas culturais e a relação entre Brasil e Unesco nos anos 1960

Dispute among elites: cultural policies and the relationship between Brazil and Unesco in the 1960s

**Caio Gonçalves Dias**

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

O presente artigo analisa uma missão de especialistas da Unesco em 1968 ao Brasil que tinha por objetivo produzir um diagnóstico da situação das políticas culturais. Para além de uma descrição da missão em si, eu analiso os diversos agenciamentos em torno dos relatos produzidos pelos especialistas até a produção do relatório final. O objetivo geral deste texto, assim, é refletir sobre a maneira como uma elite local se apropria de ações e diagnósticos da Unesco, transformando-os em capital político. Nesse cenário, é possível observar como os projetos da elite – no caso, a criação de um Ministério da Cultura – são impactados pelo contexto político de modo direto, mostrando como há um campo de possibilidades que restringem ou possibilitam essas ações.

**Palavras-chave:** Elites, Unesco, Políticas culturais, Antropologia Histórica do Estado.

## ABSTRACT

This article analyzes a mission of UNESCO experts in Brazil in 1968. It aimed to produce a diagnosis of the situation of the cultural policies in the country. In addition to a description of the mission itself, I analyze the various assemblages around the reports produced by the experts that led to the production of the final report. The general objective of this text, therefore, is to reflect on the way in which a local elite appropriates the Organization's actions and diagnoses, transforming them into political capital. In this

---

Recebido em 01 maio de 2021.  
Avaliador A: 25 de julho de 2021.  
Avaliador B: 09 de agosto de 2021.  
Aceito em 22 de outubro de 2021.

---



scenario, it is possible to observe how the projects of the elite – in this case, the creation of a Ministry of Culture – are directly impacted by the political context, showing how there is a field of possibilities that restrict or enable those actions.

**Keywords:** Elites, UNESCO, Cultural Policies, Historical Anthropology of the State.

## INTRODUÇÃO

As relações exteriores têm grande importância para manutenção da posição estrutural das elites nacionais. Se desde de que há Estados-nação essa afirmação é válida (ELIAS, 1993), com os processos de transnacionalização do capital ela se recrudescer e se transforma ao longo do século XX. Na história brasileira, coube às elites locais (mas ainda coloniais) a produção de uma monarquia independente e a produção de uma República – em ambos os casos, arremedos que quase nada fizeram para mitigação da produção de desigualdade no país (SOUZA LIMA; GONÇALVES DIAS, 2020).

Durante a ditadura civil-militar, porém, temos uma confluência singular das relações entre as elites brasileiras e o cenário internacional. O próprio regime político foi produzido a partir de uma conjugação de interesses das nossas elites dirigentes – que, nesse caso, devem ser compreendidas como algo complexo, unindo projetos de militares, políticos, empresários e banqueiros (CAMPOS, 2014) – e aqueles envolvendo governo e corporações estadunidenses (DREIFUSS, 1981). Entre 1964-1968, os posicionamentos brasileiros em fóruns internacionais tendiam a seguir os dos Estados Unidos da América (TEIXEIRA DA SILVA, 2014). Efetivavam, assim, uma correlação direta entre elites locais e internacionais através de posturas relativas à conjugação dos interesses de ambas. O sistema ONU é um bom espaço para refletir sobre esses aspectos. Se o Brasil normalmente seguia os Estados Unidos nas grandes assembleias, é no cotidiano de ações – como as missões de especialistas, a cooperação técnica internacional, seminários temáticos e publicações, para citar alguns exemplos – que se pode identificar esse jogo de elites em funcionamento.

É nesse contexto que a relação entre Brasil e Unesco, tão antiga quanto a própria organização, pode ser pensada. Utilizo-me do termo a partir de Tilly (2000, p. 721, tradução nossa), quando se interroga sobre como “a interação entre os locais sociais restringem as interações

subsequentes e, ao mesmo tempo, alteram as relações envolvidas”<sup>1</sup>. Nesse sentido, tratar a Unesco e o Brasil como locações sociais significa compreender as diferentes historicidades colocadas no processo específico de interação que estudo. País e organização são instauradas de muitas maneiras; não se tratam de corpus institucionais estanques e fechados em si mesmos. E, aqui, elas são colocadas a partir de agenciamentos individuais que operam essas esferas – e são constringidos por suas características ao mesmo tempo que as modificam, mesmo que pontualmente, pela sua ação.

Além de ser um dos Estados membros fundadores, houve ações diretas da Unesco no país, assim como a participação efetiva de brasileiros em seus quadros<sup>2</sup>. Tanto nos anos 1940, quando foi fundada, como nos anos 1960, escopo temporal mais direto deste artigo, o interesse pelo Brasil – não apenas da Unesco, mas também de outros atores sociais (THOMAZ, 2014) – seria devedor de uma suposta harmonia social. Nos anos 1940, ancorada numa democracia racial e, já nos anos 1960, numa espécie de pacificação das diferenças, descritas em termos culturais<sup>3</sup>. Persistia, assim, um interesse por experiências que pudessem dar pistas de atuação política num mundo marcado pelo colonialismo em tensão. O caso brasileiro ainda parecia ser compreendido como uma experiência colonial bem-sucedida; seria oportuno, por isso, investigar as racionalidades que sustentavam essa situação. Havia, nesse cenário, uma necessidade de elaborar discursivamente um mundo que poderia ser pacificado desde que arregimentado de maneira correta – e a Unesco seria um dos agentes dessa articulação.

Por um lado, então, temos os posicionamentos do Brasil nos fóruns internacionais que, em situações de voto, normalmente seguiam as propostas estadunidenses. Por outro, temos o interesse da Unesco pelo país, localidade definida pela pujança cultural mestiça, com uma herança colonial resolvida. Essas questões amplas, porém, ganham outras cores quando nos voltamos para o cotidiano das relações entre essas duas locações sociais, que são operadas por membros de elites dirigentes.

O objetivo deste artigo é dialogar com essas questões a partir relação entre Brasil e Unesco nos anos 1960 no campo das políticas culturais. O texto tem como foco uma missão da

---

1 Língua original: inglês.

2 Seria possível mencionar, por exemplo, que quando da elaboração do Projeto Unesco – que procurou estudar as relações raciais no Brasil a partir de uma ideia de democracia racial nos anos 1940 e 1950 –, Arthur Ramos era diretor de Ciências Sociais da organização (cargo para o qual Gilberto Freyre teria sido inicialmente convidado: ver MAIO, 1999b, p.114); que Paulo Carneiro teve cargo eletivo no Conselho Executivo da Organização ao longo dos anos 1970; que Eduardo Portella foi diretor-geral adjunto entre 1988 e 1993; ou que Celso Furtado integrou a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da Unesco já nos anos 1990.

3 Utilizo o termo pacificação ao longo deste artigo a partir de Souza Lima (1995) e Oliveira (2014).

Unesco ao Brasil coordenada por Pierre Moinot em 1968 cujo objetivo era fazer um diagnóstico da situação cultural do país. O principal interlocutor da missão foi Carlos Chagas Filho, chefe da delegação do Brasil na Unesco. Para além desses pertencimentos institucionais, eu analiso seus posicionamentos e estratégias como agente dos interesses de uma certa elite política. O ponto de disputa – como ficará mais claro ao longo do texto – é a possibilidade de criação de um Ministério da Cultura a partir do Conselho Federal de Cultura (CFC)<sup>4</sup>. Chagas Filho, assim, torna-se agente desse projeto cujo campo de possibilidades (VELHO, 2003) foi delimitado pelas condições políticas do momento e pela sua habilidade de transformar o diagnóstico produzido pela missão num recurso junto ao governo brasileiro.

Meu interesse, assim, é mirar criticamente para as atuações efetivas das elites, compreendendo-as, portanto, como grupos dirigentes não homogêneos, cujo trânsito também é colocado a partir de campos de possibilidades que têm historicidades e ligam-se ao cenário político nacional<sup>5</sup>. A ideia de uma elite com a incumbência de gerenciar os Estados-nacionais é um dos elos que sustentam a relação entre Brasil e Unesco a partir da temática que analiso. Aprendemos com Mosca (2004 [1923], p. 94-95) que as elites são constituídas de tal maneira que “os indivíduos que as compõem se distinguem da massa de governados por certas qualidades que lhes conferem certa superioridade material e intelectual, e até moral” (MOSCA, 2004 [1923], p. 94-95, tradução nossa)<sup>6</sup>. No caso aqui estudado, veremos como há uma crença no planejamento como saber que deve dirigir ações, mas que precisa de diagnósticos de especialistas (da Unesco) que, em cooperação técnica com as “melhores inteligências do país” (membros do CFC), poderiam modificar os rumos da nação.

Este artigo é baseado em pesquisas nos Arquivos Central da Unesco, em Paris, e Histórico do Itamaraty, em Brasília, e na Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro; este último abriga

4 Criado em 1966, o Conselho era integrado por Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Armando Schnoor, Arthur Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freire, Gustavo Corção, Hélio Viana, João Guimarães Rosa, José Cândido de Andrade Muricy, Josué Montello, D. Marcos Barbosa, Manuel Diegues Junior, Moisés Vellinho, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burler Marx, Rodrigo Mello Franco. Quintella (1984), Calabre (2006) e Maia (2012) analisaram a criação e/ou o funcionamento do Conselho.

5 Desde os anos 1970, os estudos sobre elites em antropologia vêm ganhando características mais definidas. Trabalhos importantes mostraram as possibilidades de pensar as sociedades habitualmente etnografadas a partir de suas diferenciações internas, levando em consideração seus jogos de poder e produção estrutural de diferenças (LEACH; MUKHERJEE, 1970; MARCUS, 1983). Este trabalho, seguindo a perspectiva de outros produzidos no Brasil que se ativeram aos processos estatais (SOUZA LIMA, 1995, 2012), procura examinar de modo crítico os fluxos institucionais comezinhos para produzir uma aproximação mais sistemática de seus processos cotidianos de constituição. Nesse sentido, as interações entre os diversos agentes que compunham o meu cenário de investigação foram alvo de especial atenção, mesmo tendo em vista que o material que analiso é documental.

6 Língua original: espanhol.

o fundo de Carlos Chagas Filho. Analiso a troca de correspondência em torno da missão – tendo como polos o Ministério de Relações Exteriores, a Delegação do Brasil na Unesco, o Setor de Políticas Culturais da Unesco e o diretor-geral da organização –, seus relatórios parciais, as diversas versões do relatório que resultou da missão e as diretrizes sobre a divulgação deste último documento.

## A MISSÃO DE 1968

Entre os dias 20 de novembro e 19 de dezembro de 1968, Pierre Moinot chefiou uma missão ao Brasil para avaliar a situação das políticas culturais. Essa ação se integra a outras que a Unesco vinha realizando na mesma quadra histórica. Moinot já era um escritor bastante conhecido à época. Publicou o seu primeiro romance em 1948, apadrinhado por Albert Camus. Possuía, também, importante carreira pública. Foi assessor do Ministério de Assuntos Culturais de André Malraux já em 1959, ano de sua criação. Teve ação destacada no campo do teatro e do audiovisual, como diretor dessas áreas a partir de 1966. Foi também um dos idealizadores do projeto das casas de cultura, que marcaria a gestão Malraux. Em 1982, passou a integrar a *Académie Française* e faleceu em 2007. Na Unesco, atuou como consultor também de uma missão ao Irã. Ao contrário de outros processos de escolha de consultores, não há grande volume de documentos em torno da sua seleção, nem de Rafik Said e Anoine Battaini, que também participaram da missão, no Arquivo Central da Unesco, tampouco no Centro de Documentação do Itamaraty. Seguido as informações levantadas nestes Arquivos, sabe-se que Said, tunisiano, educado entre a França e a Inglaterra, obteve um doutorado em relações internacionais pela Universidade de Londres. Participou de missões acerca de políticas culturais também na Tunísia. Entre 1969 e 1975 – logo após essas missões, portanto –, foi delegado permanente desse país na Unesco. Antoine Battaini era, à época da missão, chefe de assuntos culturais do Principado de Mônaco, sendo também secretário adjunto da Comissão Nacional de Mônaco na Unesco. Não constam nos Arquivos informações sobre a sua formação acadêmica no currículo apresentado quando de sua contratação como consultor. Há, contudo, informações sobre composições musicais e outras ações na área – como coordenação de um festival em Mônaco.

Carlos Chagas Filho foi “convocado” para o cargo, em 1966, diretamente pelo presidente da República, o General Castelo Branco. Substituiu Paulo Berrêdo Carneiro – que assumiria, mais tarde, posição eletiva no Conselho Executivo da Organização. Em entrevista ao CPDOC

em 1977, Carlos Chagas relata o convite da seguinte maneira:

[...] acontece que, um dia, às sete horas da manhã, sou acordado por nossa empregada dizendo que o Presidente da República desejava falar comigo. O telefone chamara e disseram que era o Presidente, que precisava falar comigo. Comecei a tentar reconhecer a voz mas ele virou-se para mim e disse: “Olha, professor Chagas, aqui fala Humberto de Alencar Castelo Branco, não é trote não. O senhor pode vir aqui às 11 horas?” Eu disse: “Bom, senhor presidente, o senhor me desculpe, mas não estou acostumado a que o presidente me chame às sete horas da manhã, mas estarei aí às 11 horas”. E assim foi; ele então me convidou para chefiar a delegação do Brasil na Unesco (CHAGAS FILHO, 2010 [1977], p. 119).

Médico, nasceu no Rio de Janeiro em 1910 e faleceu na mesma cidade em 2000. Teve ampla atuação no campo científico, com formação realizada no Instituto Manguinhos, à época presidido pelo pai, Carlos Ribeiro Justiniano Chagas. Já formado, em 1937 migrou para então Universidade do Brasil. Nela, fundou o Laboratório de Biofísica da Faculdade de Medicina, que, em 1946, daria origem ao Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil. Hoje, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), chama-se Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF). O cientista ocupou diferentes cargos administrativos, não apenas na universidade, mas também em organismos científicos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Em carta de 13 de fevereiro de 1968, endereçada ao diretor-geral René Maheu, Carlos Chagas Filho informa-o sobre a criação do CFC, reputada como significativa tanto para o desenvolvimento do país quanto para a relação com a Unesco, e indica a possibilidade de que o conselho se tornasse um Ministério de Assuntos Culturais. Afirma, assim: “Tenho razões para crer que amplitude dada ao trabalho do Conselho continuará com uma tendência para posteriormente criar um Ministério dos Assuntos Culturais” (CHAGAS FILHO, 1968, n.p, tradução nossa)<sup>7</sup>. E, nesses termos, solicita a missão ao Brasil:

Creio, portanto, que seria muito interessante para o governo brasileiro poder contar neste momento com uma missão cultural que, estudando in loco os problemas colocados pelo desenvolvimento cultural do Brasil, ajudasse o Conselho, chefiado por Sr. Josué Montello, a estabelecer definitivamente sua política de animação cultural e expansão da cultura em todos os níveis sociais CHAGAS FILHO, 1968, n. p., tradução nossa)<sup>8</sup>.

A carta seria, assim, uma demanda formal do governo brasileiro pela missão. Através de

<sup>7</sup> Língua original: francês.

<sup>8</sup> Língua original: francês.

um ofício, de 26 de abril de 1968, Carlos Chagas comunica ao Ministro de Relações Exteriores (MRE) que a missão havia sido aprovada. É interessante a maneira como ele a caracteriza: “[...] missão cultural ao Brasil, por duas ou três semanas, a fim de coordenar as atividades da Organização com as atribuições do Conselho Federal de Cultura (CFC)”<sup>9</sup>. Ele também informa a composição da equipe, a ser chefiada por Moinot, e pede que seja dado conhecimento a Josué Montello, então presidente do CFC, além dos senhores Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Calmon e Rodrigo de Mello Franco.

Uma comparação entre os dois documentos é significativa da postura de Carlos Chagas diante do diretor-geral da Unesco e do ministro de relações exteriores. No primeiro caso, há um léxico francês, visível, por exemplo, na mobilização da ideia de “animação cultural”, conceito característico das políticas culturais francesas do período. Além disso, o ministério que seria criado teria, na carta do embaixador, o mesmo nome do Ministério dos Assuntos Culturais francês, sendo que nesse momento cogitava-se, no Brasil, um ministério da cultura. Porém, a marca da demanda de Carlos Chagas no campo semântico da Organização se dá pela ideia-chave de desenvolvimento cultural<sup>10</sup>. Já no ofício direcionado ao ministro, o que Chagas indica é uma missão da Unesco para melhor construir a sua atuação no Brasil a partir da confluência com o CFC.

A criação de um ministério da cultura não aparece, portanto, na troca de correspondência com o MRE, mas ao que parece ela estava nas intenções do CFC em relação à missão<sup>11</sup>. Uma carta de Roger Callois, então diretor para letras e artes da Unesco, de 20 de abril de 1968, oferece uma informação importante sobre as conjecturas em torno da missão. Ele relata para M. Seydou, diretor de cultura, uma reunião feita com o CFC no retorno de uma viagem à Lima. Essa carta é motivada pela cobrança por uma missão ao Brasil feita por Chagas diretamente ao diretor-geral. A discussão esteve centrada na divisão do país por regiões e como essa divisão teria impacto para literatura, arquitetura, pintura e escultura. A questão que nos interessa de modo

9 Ministério das Relações Exteriores (Arquivo Central), Caixa “Ofícios 1968”, pasta 2.

10 Sobre esta noção, ver Maurel (2006) e Fabrizio (1995).

11 A criação de um Ministério dedicado exclusivamente à cultura era ponto de conflito na administração pública da cultura nesse momento. Nos seus primeiros anos de atuação, o CFC possuía um caráter executivo, fazendo com que a sua transformação em órgão ministerial fosse factível. A partir de 1970, contudo, com a criação do Departamento de Ação Cultural no MEC, o CFC ganha caráter exclusivamente normativo e consultivo (COSTA, 2011). Nessa década, por sinal, são numerosas as ações que dão maior dinâmica administrativa ao financiamento estatal das artes, com a criação da EMBRAFILME, em 1973, e da FUNARTE, em 1975 (MICELI, 1984). Essas ações modificaram administração pública da cultura de maneira importante e, tendo sido feitas no interior do MEC, não faziam crer na necessidade imperativa de um ministério da cultura (BOTELHO, 2001). Nesse cenário, se estavam postas as soluções “técnicas” para gestão pública da cultura, é natural que a criação do ministério se tornasse possível como um empreendimento mais diretamente político e simbólico do que “técnico”.

mais direto é a observação final que encerra a nota: a sua sugestão de Callois seria esperar que o CFC fosse transformado em ministério, para depois enviar uma missão.

Essa recomendação não foi seguida, e, ao que parece, a partir de um investimento de Carlos Chagas, a missão foi mantida nas datas previstas<sup>12</sup>. Analisando as trocas de correspondências em torno da missão envolvendo o setor de políticas culturais, então chefiado por Fedor Ballo, é possível perceber algumas articulações importantes que ajudam a compreender os moldes da interlocução nessa oportunidade. Os memorandos, ofícios e cartas encontrados lidam apenas com questões mais burocráticas, como elaboração de contratos, compras de passagens aéreas ou pagamento de diárias; o que é incomum, se comparado a outras missões de mesmo porte, que têm longa troca de correspondência em torno dos objetivos e escolha de pesquisadores. De qualquer modo, um ofício em tom burocrático, de 21 de outubro de 1968, comunica a Carlos Chagas a seleção dos consultores pelo Secretariado da Unesco<sup>13</sup>.

Em 21 de novembro de 1968, Said e Battaine chegaram ao Rio de Janeiro; Moinot, chegaria uma semana depois. As atas de dezembro de 1968 das reuniões do CFC mencionam o encontro dos pesquisadores com o presidente Josué Montello; e, uma semana depois, também com o chefe da missão<sup>14</sup>. Ibrahim Sued, na sua coluna do jornal *O Globo*, de 2 de dezembro de 1968, noticia: “No Rio, o Sr. Pierre Moinot, o número 2 dos ‘affaires culturelles’ da França, depois de André Malraux, veio à frente de uma missão da Unesco para estudar assistência técnica à cultura brasileira. No Conselho de Cultura, ouviu exposição, em francês, do Sr. Josué Montello” (SUED, 1968, p. 2).

## AS VERSÕES DA MISSÃO

Em janeiro de 1969, a pedido do setor de políticas culturais, os consultores enviaram relatórios preliminares individuais. O relato de Moinot ajuda a compreender algumas das questões que envolveram a missão em si. A primeira delas foi uma reunião preparatória entre o

---

12 O Ministério da Cultura brasileiro foi criado em 1985 e numa conjuntura amplamente diversa. Eu analisei esse processo com mais detalhe em Gonçalves Dias (2015, 2021).

13 Todas as cartas e ofícios citados neste artigo foram consultados no Arquivo Central da Unesco em Paris e podem ser encontrados na seguinte localização: Box 307, CLT/130/1 008<sup>A</sup> 10/53(81). As exceções, a maioria delas encontradas no Arquivo Central do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), serão referenciadas individualmente.

14 Ver o *Boletim do Conselho Federal de Cultura* de dezembro de 1969.

subdiretor para cultura, “representantes do país interessado” e os consultores. Houve também um encontro de mais de duas horas entre os próprios consultores, no qual puderam examinar dois documentos sobre o Brasil sugeridos pela Unesco: um sobre a alfabetização e outro sobre a conservação de bens culturais<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo, ainda segundo o relatório, Carlos Chagas teria enviado, a título pessoal, cartas a 29 autoridades brasileiras acerca da missão. Isso teria feito com que Moinot fosse recebido de modo mais caloroso e direto, o que considera satisfatório.

Mesmo com essas ações, o consultor considera que a fase preparatória foi insuficiente: a maioria dos técnicos que entrevistou não conhecia os objetivos da missão e acabava por orientar suas respostas a partir do que eles próprios imaginavam que a missão deveria ser. Assim, quando já respondidas as questões que os técnicos brasileiros supunham relevantes, sobrava pouco espaço para as interrogações dos consultores (carta de 24 de janeiro de 1969). No mesmo cenário, na visão dos funcionários federais, as visitas aos estados acabariam apenas por confirmar o que havia sido descrito no plano nacional, fazendo com que essas viagens fossem avaliadas como supérfluas. Somente com forte mediação da delegação da Unesco no Brasil, assim como através de contatos pessoais dos Embaixadores Murtinho e Carlos Chagas, a missão pôde averiguar a situação cultural dos estados. Nesse contexto, o “patrimônio”<sup>16</sup> teria sido fundamental na construção da interlocução – instituição que é reputada como a organização cultural da esfera federal do país a ter, de fato, uma penetração local.

Ainda apontando as dificuldades da missão, Moinot ressalta que as visitas feitas pelos consultores – sejam aquelas mediadas pelas autoridades brasileiras, sejam aquelas agendadas pela Unesco – foram majoritariamente compreendidas como oficiais. Nesse cenário, apresentavam, com pequenas variações, a mesma “voz”: de um mesmo meio social; de um mesmo tipo de educação e cultura; de um mesmo nível de trabalho. Seria necessário construir meios de acessar uma produção crítica, e isso foi um desafio para uma missão tão curta.

Já Battaini faz menção a uma questão importante: os consultores se reuniram, igualmente, com “personalidades não oficiais” – pessoas das artes, teatro, jornalistas – e assim puderam formatar uma ideia mais complexa da realidade cultural do país, muitas vezes discordante do que era relatado pelas autoridades oficiais. Analisando as estruturas administrativas, o consultor afirma que a composição do CFC era amplamente criticada e que sua eficácia era muitas vezes

---

15 Presume-se, pelos temas, que sejam, respectivamente, os relatórios de Pierre Henquet e de Michel Parent, publicados em 1968.

16 Trata-se do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por Vargas em 1937, e que, nesse momento, estava subordinado, assim como o Conselho Federal de Cultura, ao Ministério de Educação e Cultura.

posta em dúvida. Além disso, afirma que os conselhos estaduais – instituições, em tese, assemelhadas a estrutura federal – teriam atuação quase nula. Battaini relata, também, com a ressalva de que não estava produzindo um julgamento ao regime político brasileiro, que havia um processo de censura que se mostrava um importante entrave à liberdade de criação nos domínios do teatro e do cinema. Essa censura seria menos sentida no campo literário, especialmente porque o público leitor seria bastante diminuto do país – o que faz com que o consultor passe a argumentar sobre o papel da alfabetização para o desenvolvimento nacional.

Said, por último, destaca o itinerário da missão, refletindo acerca da sua insuficiência diante das dimensões do país. Enfatiza que foi possível encontrar personalidades importantes, como os governadores da Bahia e de Minas Gerais, assim como figuras de destaque internacional, como Jorge Amado e Lucio Costa, além de pintores, músicos, diretores teatrais e jornalistas. Posteriormente, faz um apanhado da estrutura organizacional da cultura, especialmente na esfera federal.

O subdiretor para educação, ciências sociais e cultura à época, Mahdi Elmandjra, avalia muito positivamente os relatórios preliminares. A partir dessa avaliação inicial, foi estabelecido um novo encontro em Paris entre os consultores. Durante 10 dias, em fevereiro de 1969, eles se reuniram para estabelecer o relatório final da missão. E, como ficará mais claro a seguir, o tom crítico das análises preliminares é parcialmente dirimido no texto completo.

## O DOCUMENTO FINAL

Entregue em abril de 1969, o documento final tem três partes: 1) situação cultural, 2) situação cultural nos estados e 3) desenvolvimento cultural; antecedidas de uma introdução. Parte, portanto, do diagnóstico à ação; de pressupostos gerais do campo das políticas culturais e de outros específicos da realidade brasileira. Entre os primeiros, evocando as resoluções da Conferência Geral então mais recente – a 14<sup>a</sup>, realizada em 1966 – os autores do relatório afirmam uma disposição para compreender as necessidades prioritárias do desenvolvimento cultural do país, buscando por procedimentos de gestão que permitissem responder a essas necessidades. Ao mesmo tempo, seria o caso de empreender uma organização das atividades artísticas, sem que, com isso, se produzissem entraves para sua liberdade criativa. Essas questões são facilmente relacionáveis a definição de política cultural feita na mesa-redonda de Mônaco (UNESCO, 1969).

Partindo para os pressupostos específicos, enfatiza-se, uma vez mais, as dimensões continentais e a complexidade cultural do país. O interesse pelo Brasil – ou ao menos a peculiaridade que produziria a pertinência de seu estudo – estaria situado na sua conformação cultural, baseada numa *feliz mistura entre tradição e criatividade*. Esse ponto fica claro na citação a seguir:

Mas a primeira e talvez a mais importante dessas conclusões, que se deve dizer desde o início, é uma espécie de lição, que dá a qualquer especialista internacional que entra em contato com a realidade brasileira um sentimento imediato de humildade: a lição que resulta da vivacidade profunda de um povo cujos passos se inspiram naquilo que constitui o primeiro lugar da cultura: a tradição e a invenção. Num momento da história do mundo em que as forças já não correspondem à intensidade da dinâmica intelectual, mas se tornam afeitas às massas, o imenso e populoso Brasil, ao qual suas origens e sua própria disposição dão vocação de humanismo, pode ter um peso decisivo.

Sem dúvida, a assistência internacional só pode ser exercida com humildade, muitas vezes limitando seu papel a revelar aos próprios brasileiros a força de suas potencialidades. Mas o sentimento mais agudo experimentado por especialistas diante da realidade brasileira, inclusive os autores deste relatório, é o de uma corrente de trocas, de dons recíprocos, de presentes alternados, de uma lição recebida em troca de técnicas aportadas – é também de um esforço que vai muito além do Brasil para contribuir, pelo próprio lugar que este país já conquistou, para o futuro geral (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. III, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Nota-se, deste modo, uma mirada para o país que procura inseri-lo num cenário internacional a partir de suas características culturais pujantes, visíveis na vivacidade de seu povo. Essa avaliação, que enxerga no brasileiro uma espécie de vocação humanista nata, ingênua, pressupõe certa integração pacífica em que invenção e tradição seriam marcas culturais complementares e originárias. E aí a cooperação técnica não faria mais que mostrar aos brasileiros suas próprias potencialidades.

Essa *démarche*, que tem uma clara fundamentação numa perspectiva culturalista pacificada do Brasil – e que ecoa certo lusotropicalismo (BASTOS, 1998; CASTELO, 1998). Se de início há uma preocupação na apresentação de dados demográficos básicos e sua relação com o processo de intensificação da urbanização, é quando se passa à situação cultural propriamente dita que essa questão fica mais eloquente. Há claramente uma perspectiva de Brasil arraigada numa mestiçagem bem-sucedida e harmoniosa:

Talvez essas potencialidades tenham origem na história da nação brasileira e, em particular, na sua *história étnica*. Em nenhum lugar, de fato, *a mistura de raças africanas e europeias foi mais contínua e mais feliz*. Essa convivência contínua, essas trocas constantes, limitaram ao máximo as atitudes de segregação, que não são

---

<sup>17</sup> Língua original: francês.

marcantes na vida cotidiana, e resultaram na criação de um *tipo brasileiro* que parece ter herdado de cada raça suas virtudes essenciais (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. 10, tradução nossa, grifo nosso)<sup>18</sup>.

Parece haver, em continuidade, uma oposição entre “civilização” e “cultura”. A primeira é associada ao desenvolvimento econômico, material, que pode, caso não sejam tomadas providências estatais, subsumir a segunda. Há, portanto, uma tendência a tratar a cultura como algo primeiro, essencial, e que, exatamente por isso, seria passível de desgaste.

Por outro lado, menciona-se o analfabetismo como questão central da situação cultural do país e também uma cultura de elite, que abrangeria 6% da população, e que teria condições de apreciação e crítica das obras mais importantes da arte universal. Esta última teria trânsito pela cultura internacional a partir de seu poder de criação em domínios como a arquitetura, a escultura, o paisagismo, a engenharia civil e a pesquisa biológica. Essa elite de trânsito global conservaria, contudo, seu senso de nacionalismo, aplicando as técnicas e soluções inspiradas no conhecimento internacional no contexto brasileiro. “Podemos então pensar que o desenvolvimento cultural do Brasil, cuja condição primária é a alfabetização, virá tanto das forças de massa quanto do dinamismo intelectual das elites” (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. 9, tradução nossa)<sup>19</sup>. O desenvolvimento seria, nessa ótica, baseado numa espécie de conciliação de classe (arregimentado pela elite, claro).

De modo geral, percebe-se uma avaliação bastante pessimista da indústria cultural, anunciando um processo de aculturação pelo seu contato com formas tradicionais. É com essa questão em mente, que parece necessário aos consultores o investimento em produção de qualidade nos meios audiovisuais, especialmente através de tevês e rádios educativas.

Em continuidade, são feitos apontamentos sobre a situação de classe do país, nos quais se avaliam que, caso a desigualdade não fosse revertida, seria previsível uma cisão social. Afirmam – dando mais uma vez corpo a uma mirada civilizatória para cultura – que por conta das condições materiais de vida, seria razoável que a produção cultural se tornasse engajada. O que soa estranho se pensarmos que parte significativa da produção tida como engajada dos anos 1960 tinha origem na elite ou altas classes médias urbanas. O avanço da urbanização, por sinal, é caracterizado como uma ameaça à “cultura profunda”, que promoveria um desgaste da cultura espontânea. Esta última, foi exemplificada com as igrejas de Ouro Preto – que tiveram suas esculturas e ourarias classificadas como artesanato.

---

18 Língua original: francês.

19 Língua original: francês.

Descrita a situação cultural de modo ampliado, passa-se a um apanhado das instituições federais ligadas à cultura. Um ponto importante é a declaração de que, antes da criação do CFC em 1966, não havia uma instituição dedicada a definir e implementar uma política cultural no país. É interessante como nesse contexto é apresentado como antecedente inicial o departamento de cultura do Itamaraty. Esse movimento é discordante de parte da historiografia das políticas culturais no Brasil, que tende a situar como marco inicial a criação do Serviço do Patrimônio em 1937 ou o departamento cultural dirigido por Mario de Andrade na cidade de São Paulo nos anos 1940 (este último, por sinal, não é nem mencionado)<sup>20</sup>.

Acreditando que a situação cultural do país só poderia ser efetivamente conhecida através de uma escala menor, os consultores passam a descrever alguns estados do país. Sobre São Paulo, enfatiza-se a necessidade de fazer com que a Universidade de São Paulo (USP) fosse mais integrada na construção de alternativas e processos de gestão para o desenvolvimento cultural. Já em Minas Gerais, o foco foi na questão patrimonial, especialmente ligada às cidades de Ouro Preto e Congonhas do Campo. Brasília, por sua vez, teve enfatizada sua dimensão de cidade projetada. Menciona-se nesse trecho também o estado de Goiás e seu patrimônio cultural, citando a necessidade de manutenção do apoio da Unesco para o financiamento de projetos de ciência e tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), descrita como uma universidade já revolucionária ainda que recente. Na Bahia, a vida cultural de Salvador é saudada e se destaca a necessidade de maior aporte de recursos para sua Universidade Federal. Já acerca do estado da Guanabara, os equipamentos culturais foram destacados, alguns qualificados como inovadores, como o seu Museu de Arte Moderna.

Já na parte final, as questões em torno do desenvolvimento cultural são apresentadas a partir da identificação de necessidades culturais. Nesse cenário, ressaltam mais uma vez a questão da alfabetização como problema estrutural. Apontam, ainda, um crescente “apetite cultural” da classe média, especialmente em Minas Gerais. De modo geral, afirmam que essas necessidades não supridas poderiam ser explicadas pelos investimentos baixíssimos em cultura, salientando também a falta de recursos para criação.

Apesar de apontarem os méritos do CFC como agente que fez com que a questão cultural de fato fosse discutida estatalmente, reconhecem algumas fraquezas. Para além da falta de recursos e de ser uma organização a meio do caminho entre uma esfera consultiva e de execução, os autores do relatório fazem a seguinte observação sobre a composição do Conselho:

---

20 O trabalho de Calabre (2009) é exemplar nesse sentido.

[...] apesar do prestígio de cada um dos seus membros, o Conselho é apenas uma reunião de individualidades de grande renome. É um encontro de mentes excelentes, mas nem todos os pontos fortes do país se refletem nele. A juventude brasileira, e especialmente a juventude estudantil, se distanciam desse conselho pela simples diferença etária (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. 78, tradução nossa)<sup>21</sup>.

A possibilidade de criação de uma Secretaria de Assuntos Culturais – algo que vinha sendo cogitada no próprio MEC com o apoio do Ministério do Planejamento –, que ficaria encarregada de modo mais direto da implementação de ações, deixando o CFC efetivamente como instituição consultiva e de elaboração, é avaliada como oportuna<sup>22</sup>. A importância dada às universidades é clara, sendo apontadas com um dos agentes mais importantes do desenvolvimento cultural pela sua possibilidade de inserção local.

## OS ENTORNOS DO DOCUMENTO FINAL

Além do envio formal ao setor de políticas culturais, Pierre Moinot escreveu diretamente ao diretor-geral René Maheu encaminhando o relatório. Essa carta, de 15 de abril de 1969, não está no papel timbrado do Ministère des Affaires Culturelles, como era habitual na documentação que concernia à missão; foi simplesmente digitada em folhas que continham o endereço pessoal de Moinot. É nessa correspondência que se pode de fato identificar algumas das questões importantes que foram deixadas de lado no relatório final. A primeira delas é o cenário político do país: o Ato Institucional número 5, que recrudescer fortemente os processos repressivos, foi expedido em 13 de dezembro de 1968, momento em que a missão estava no Brasil. Esse ponto é uma das primeiras preocupações de Moinot:

Parece-me necessário precisar que a crise política por que passou o Brasil no final de nossa estada confere ao relatório que hoje apresento um caráter particular. Basta-me indicar que o editor do jornal com quem trabalhei, na véspera da minha partida, até tarde da noite, esteve na prisão. A liberdade de pensamento e expressão parece existir no Brasil apenas no sentido de poder instituído, e o regime, ao reforçar sua dureza, afirma veementemente sua arbitrariedade, seu gosto pela imobilidade social, sua falta

---

21 Língua original: francês.

22 O que de fato ocorreu, como já mencionado, com a criação do Departamento de Assuntos Culturais no MEC em 1970.

de tolerância (MOINOT, 1968, n.p, tradução nossa)<sup>23</sup>.

Essa menção, assim como a de Battaini em seu relatório preliminar, já citada, deixa claro que a questão do regime político vivido tinha enorme impacto para descrição de sua situação cultural. Esse ponto não está presente senão indiretamente no relatório final. E essa estratégia textual é compartilhada com a quase totalidade dos documentos oficiais sobre políticas culturais do período, em sua maioria escritos por intelectuais. A avaliação de Moinot, contudo, vai além, na medida em que traz uma apreciação mais ampla da vida política do país:

Poderíamos, portanto, acreditar que essas condições estão longe de favorecer o desenvolvimento cultural e que nenhuma recomendação nesse sentido tem chance de ser ouvida. Mas o Brasil nem sempre segue nossa lógica; as posições políticas têm um lado pessoal que nossa necessidade de coerência não compreende. Por outro lado, muitas construções administrativas cujo objetivo final implique um certo tipo de atitude para com o homem podem se desenvolver sem que esse objetivo seja claramente percebido, ou que regimes políticos que rejeitem esse tipo de atitude, no entanto, facilitem esse desenvolvimento devido ao seu significado moral, que em sua perspectiva superam o risco de suas consequências sociais.

Ou seja, no Brasil mais do que em qualquer outro lugar, o desenvolvimento cultural não está necessariamente vinculado em seu início à natureza do poder político: se algumas de nossas recomendações, caso você delas se aproprie, como as que visam a supressão da censura, podem ser muito arriscadas, outras muito mais importantes, talvez a longo prazo, como as que assumem o papel central das Universidades, podem perfeitamente ser ouvidas (MOINOT, 1968, n. p., tradução nossa)<sup>24</sup>.

É visível, assim, um misto de preocupação pela maneira como a política estava sendo conduzida com uma certa esperança – que não é muito qualificada, mas que poderia ser associada à criatividade, à juventude, às características de país jovem citadas na introdução do relatório final – de que algum desenvolvimento cultural fosse produzido. Se aqui a régua parece ser a França civilizada, mais uma vez se atualiza – provavelmente pela desesperança do processo civilizatório no século XX – uma aposta no Brasil como país que foi capaz de produzir harmonia apesar da condição de colonizado.

Essa avaliação vem acompanhada, contudo, de uma posição dura sobre a questão indígena. Moinot, em sua última observação, explica que os consultores optaram por deixar uma recomendação clara para que a Unesco preste auxílio na preservação da cultura indígena junto à UnB:

---

23 Língua original: francês.

24 Língua original: francês.

Se nos permitimos este conselho, é porque parece possível, preservando a cultura indígena, ao mesmo tempo preservar a vida dos índios. O boato dos massacres de índios divulgado pelos jornais e imputáveis, diz-se, ao próprio serviço de proteção aos índios não parece totalmente infundado; se os jornais brasileiros não têm oportunidade de abordar esse assunto, por outro lado, os massacres de brancos pelos índios fazem sucesso nos macabros semanários ilustrados. Ninguém sabe exatamente o que está acontecendo no noroeste do país, exceto que a penetração de nossa civilização é feita ali de forma violenta. Se a Unesco insistisse na solução preconizada, ou fornecesse uma ajuda na questão que fosse impossível de recusar, o núcleo de sociólogos e etnólogos que pudessem, graças a ela, ser formados em Brasília seria uma tímida proteção – mas a única possível contra uma ameaça que parece real (MOINOT, 1968, n. p., tradução nossa)<sup>25</sup>.

Moinot afirma, então, em carta direta para o amigo diretor-geral, questões que não poderiam constar de modo direto do relatório finalizado, enviado ao governo brasileiro. Emerge forçosamente, assim, um cenário cultural complexo, que vai além daquele elaborado pelos intelectuais bastiões do pensamento social brasileiro do período e que davam corpo ao CFC. Seguindo a fina interpretação de Schwarz (1978, p. 3), devemos lembrar que

Se em 64 fora possível a direita “preservar” a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento.

O que alimenta a posição de Moinot, portanto, parece ser o contato com essa cultura. E isso não seria possível se a missão se movimentasse apenas a partir das orientações e anseios do CFC.

## A TRAJETÓRIA DO RELATÓRIO

Quando se busca o relatório nas bases de dados da Unesco atualmente, ele tem a classificação *distribution limitée*<sup>26</sup>. Nas duas vezes, contudo, em que o encontrei nos arquivos da

<sup>25</sup> Língua original: francês.

<sup>26</sup> Pelo regulamento do Arquivo Central da Unesco, todos os documentos com mais de 20 anos se tornam públicos.

instituição, essa marcação estava rasurada à caneta para *interdité*. Tanto no Arquivo da Unesco como no Itamaraty, não há troca de correspondência em torno do relatório que possa explicitar os motivos de sua proibição<sup>27</sup>. Documentos posteriores, de 1974, indicam uma possibilidade interpretativa. Trata-se de uma troca de ofícios entre Witold Zyss, representante da Unesco no Brasil, e Marcelle Vallet, funcionária da divisão de Desenvolvimento Cultural da Organização. Nessa oportunidade, Zyss pediu cópias do relatório para divulgar entre autoridades brasileiras; Vallet se diz impedida de enviá-las nos seguintes termos:

Eu ainda não estava na Unidade de Política Cultural, nem o Sr. Botbol, quando o relatório do Sr. Moinot foi comunicado ao Sr. Chagas, então Delegado Permanente do Brasil junto à Unesco, por carta oficial do diretor-geral datada de 22 de agosto de 1969, que não teve resposta. Nada formal sobre sua distribuição consta dos arquivos da missão. No entanto, ficamos sabendo de colegas que pertenceram à Unidade em 1968-1969 que as autoridades brasileiras, por meio do Sr. Chagas, pediram ao Sr. Ballo, responsável na época por este programa, que não divulgasse este relatório. Como resultado, nenhuma cópia teria sido enviada ao Brasil (é costume enviar um determinado número de exemplares ao Estado-Membro interessado). Parece que o ponto de discórdia foram as referências ao problema indígena (VALLET, 1974, n.p, tradução nossa)<sup>28</sup>.

Se o governo brasileiro não respondeu oficialmente ao envio do relatório, Carlos Chagas reputava-o como um dos melhores produzidos pela Unesco no período em que chefiou a delegação brasileira na Organização. Em entrevista ao CPDOC de 1977, afirma:

Pierre Moinot [...] era, na ocasião, chefe de gabinete do André Malraux, ou já era diretor do Departamento de Artes. É também escritor e teatrólogo eminente e veio ao Brasil estudar a chamada política cultural. Chegou aqui em dezembro de 68 e, apesar do momento não muito favorável, graças às informações que lhe dei, conviveu com todas as inteligências mais importantes do Brasil. O seu relatório também é extremamente favorável, dá um retrato perfeito do Brasil, com todos os defeitos e todas as qualidades. Dessas qualidades ele tira uma substância muito importante que deveria ser aproveitada pelo governo (CHAGAS FILHO, 2010 [1977], p. 120-121).

Posteriormente, quando perguntado sobre o processo de feitura dos relatórios, Chagas Filho faz as seguintes observações: “[...] são feitos através de pedido do governo brasileiro. A missão vem, faz a avaliação, elabora o relatório que depois é publicado e vai ao governo. Se o governo autoriza, o relatório torna-se público, se não, fica arquivado. A tendência do governo brasileiro é não dar publicidade a esses relatórios” (CHAGAS FILHO, 2010 [1977], p. 120-

<sup>27</sup> Os ofícios classificados de 1969 não foram localizados pelo Arquivo Central do Itamaraty.

<sup>28</sup> Língua original: francês.

121). Não chega a ser surpreendente: um governo ditatorial, quando estudado, dificilmente permitirá que seus meandros se tornem públicos.

Numa consulta ao Fundo Carlos Chagas Filho, abrigado na Casa de Oswaldo Cruz, foi possível encontrar uma outra versão do relatório. De início, é importante salientar que o ótimo trabalho de conservação e catalogação do acervo permitiu fazer uma avaliação consistente das interações do embaixador durante os anos de 1968 e 1969. Não encontrei nenhuma correspondência direta com Moinot ou com outros agentes da Unesco.

A pasta dedicada à atuação de Carlos Chagas na Unesco, por sinal, é bastante diminuta<sup>29</sup>. Contém, basicamente, o relatório em questão e alguns poucos documentos desimportantes para o tema das políticas culturais. Comparando as introduções, vê-se que nesta versão não havia a divisão nos subitens que compuseram o documento final. O texto, contudo, é majoritariamente coincidente – com pequenas modificações meramente textuais e exclusão de uma nota, que trata da venda de artefatos indígenas industrialmente produzidos em Brasília. O mais importante, porém, é a exclusão do trecho a seguir:

Outro raciocínio também é arriscado por alguns interlocutores. *Certos círculos políticos oriundos das frações menos liberais da classe dominante considerariam que a alfabetização inclui as sementes de uma consciência política, que levaria a uma inquietação social inevitável*, fazendo com que as massas renunciassem a esse fatalismo dos pobres para adotar uma atitude menos favorável aos interesses dos dominantes. [...] A mesma atitude explicaria que a censura, como se dirá mais tarde, parece aplicar-se apenas à literatura informativa e às canções, mas não aos livros, na medida em que estes supõem um grau de alfabetização que as massas não possuem.

[...]

Tal raciocínio, que talvez alguns políticos atrasados possam seguir, não pode ser o dessa classe média alta brasileira imbuída de cultura humanista e que se mostrou tão naturalmente inclinada a implementar as grandes correntes do pensamento contemporâneo. [...] Além disso, seria preciso ter uma visão política muito estreita para pensar que a alfabetização brasileira levaria a uma atitude social revolucionária, numa época em que imagem e som podem se espalhar por toda parte, com incomparável poder de sugestão, algo que os livros possuem em grau muito superficial. Deve-se levar em conta também que a alfabetização é a melhor arquiteta da formação de uma classe média, e que o desenvolvimento dessa classe é a garantia mais segura, para o Brasil, de um desenvolvimento econômico suficiente para evitar o perigo de uma revolução social (MOINOT; BATAINI; SAID, 1968, tradução nossa, grifos nossos)<sup>30</sup>.

Os trechos cortados são de extrema importância. Primeiro, porque lidam diretamente com uma questão central quando se pensa na produção de desigualdade e na estrutura de clas-

<sup>29</sup> Ela tem a seguinte localização: CF.RI:PM.01.

<sup>30</sup> Língua original: francês.

ses no país: a educação – e nesse campo, mais especificamente, a alfabetização – como aporte para modificação social não era bem-vista por parte da elite nacional. Esse ponto mostra de modo eloquente que parte dessa elite não estava disposta a modificar efetivamente a sociedade brasileira se isso envolvesse uma “tomada de consciência” das classes trabalhadoras de suas condições de vida.

O segundo é a questão da censura. Ela não esteve completamente ausente da versão final do relatório, mas, de modo geral, pode-se dizer que esse foi o tema que produziu mais cortes e modificações no texto. A avaliação de que ela seria exercida de modo severo para imprensa e outras produções culturais, mas não para os livros, com público limitado, é mencionada mais de uma vez.

Quando se passa a descrição mais detalhada da situação cultural, a partir das linguagens artísticas, há uma diferença notável: originalmente, essa seção do texto chamava-se “cinema, teatro e canção”, ao passo que o texto final suprime a música. Mesmo quando se olha para as duas primeiras linguagens, é possível observar algumas modificações importantes, como os trechos a seguir, que foram suprimidos:

Infelizmente, também devemos levar em conta outros elementos claramente menos favoráveis aos cineastas brasileiros independentes. Em primeiro lugar, há uma censura poderosa, exercida pelo Ministério da Justiça, sobre todos os meios de expressão artística que possam acessar o grande público. É claro que o cinema, em virtude de sua vasta audiência, é, com o teatro, um dos campos de escolha principal para essa censura.

Muitas vezes severa e incoerente, a censura obedece a critérios suficientemente livres para que nem o erotismo nem a violência desapareçam das telas, mas há sobretudo critérios políticos tanto mais paralisantes para os criadores quanto mais confusos. [...] Nos últimos quatro anos, quase 25% da produção cinematográfica brasileira teve problemas com censura. Isso mostra a importância que esse obstáculo representa para a liberdade criativa do artista.

A censura também é exercida sobre filmes estrangeiros que possam ser exibidos no Brasil. Assim, a exibição de filmes cubanos é sistematicamente proibida e os filmes estrangeiros são frequentemente proibidos ou mutilados por censores cujo zelo político parece ser a característica principal [...] (MOINOT; BATAINI; SAID, 1968, p. 38-39, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Em seu lugar, encontra-se um trecho bem mais difuso, que explica que a censura seria um dos elementos menos favoráveis para os cineastas independentes. A censura é tratada de modo transversal no texto final, colocando como problema o fato de ser exercida pelo Ministério da Justiça a partir de critérios alheios àqueles que orientam as produções artísticas. O texto

---

31 Língua original: francês.

original, por outro lado, segue tecendo longas críticas ao então recém-criado Instituto Nacional do Cinema (INC). A questão central é a maneira como órgão poderia exercer censura sobre a produção nacional, tanto a partir da regulação de produtores independentes como através do financiamento de obras afeitas à perspectiva política do sistema vigente. Isso ocorreria porque as produções deveriam obter um “visto de qualidade” do INC, o que poderia significar, contudo, uma maneira de inviabilizar filmes que fizessem críticas sociais, políticas e econômicas ao país. Além disso, havia o temor de que o INC financiasse majoritariamente as produções internacionais de modo a inviabilizar a produção independente nacional. Segundo os autores do relatório, os cineastas contatados eram unânimes em reivindicar a extinção do INC. No texto final, a crítica ao INC é bastante atenuada. Reduzida a alguns parágrafos, trata apenas de um desconforto no cenário nacional com o INC, que faria demasiada intervenção na produção. Acrescenta, ainda, que seria difícil para a missão tomar posição acerca da questão.

Passando ao teatro, um trecho importante foi suprimido. Tratava também da questão da censura, explicando a mecânica envolvida nesse processo de modo bastante direto:

A Comissão do Ministério da Justiça que examina o texto das peças em Brasília, teoricamente, tem um prazo de revisão de 10 dias, que nunca é observado. É muito raro que um texto, mesmo que seja uma adaptação clássica, não seja objeto de cortes. Parece que, desesperada para obter uma decisão, uma companhia coloca a peça em ensaio, apenas para ser avisada da proibição na véspera da exibição, como teria acontecido com “Barrela”, de Plínio Marcos, em São Paulo. Segundo todos os homens de teatro contatados, o caráter político marcante de certos círculos teatrais, tanto quanto de seu público estudantil, os torna o alvo privilegiado da censura. Esse caráter também teria motivado a devastação de certas salas e o saque de cenários por ordens políticas de ação violenta [...] (MOINOT; BATAINI; SAID, 1968, p. 41, tradução nossa)<sup>32</sup>.

No texto final do relatório, todo esse trecho é reduzido a poucas linhas: “o que foi dito sobre a censura no caso do cinema vale também para o teatro” (MOINOT; BATAINI; SAID, 1969, p. 32)<sup>33</sup>. Outro corte efetivo foi aquele dedicado à “música popular”, já que todo o item, apesar de curto, foi retirado do relatório consolidado, como já mencionado.

Ao final do texto, quatro parágrafos foram suprimidos. Prolixos, eles evocavam a necessidade de abordar o trabalho da missão com cautela, dada a complexidade da tarefa de estabelecer a situação cultural de um país como o Brasil. É visível, assim, que a questão que ganhou mais atenção – e conseqüentemente gerou maiores modificações textuais na versão final – foi a

<sup>32</sup> Língua original: francês.

<sup>33</sup> Língua original: francês.

censura. Notem que ela não está ausente do relatório finalizado, mas ganha ares administrativos; suas características e motivações foram simplesmente suprimidos. Nesse caso, a ausência efetiva são as tecnologias de atuação do governo autoritário no campo cultural.

A questão indígena – grave – é mantida em melhor medida; não há, portanto, grandes modificações no texto com relação a esse tema. É claro que as suspeitas de genocídio – levantadas pelo relatório Figueiredo – são chocantes e ressoaram de modo definitivo para um público internacional. Mas sobre esse aspecto a missão não catalogou processos efetivos de atuação ou mecanismos mezinhos de funcionamento. No caso da censura, há práticas conhecidas que poderiam ser comprovadas – documentalmente, inclusive – pelos interlocutores da missão. É essa a faceta que o Estado brasileiro autoritário deseja esconder.

É necessário não perdermos de vista, por fim, a interdição do relatório mesmo com tantas atenuações. Se, obviamente, elas não foram suficientes para que o Estado permitisse a divulgação de informações sobre as políticas culturais no país, chama a atenção o fato de que a Unesco se mostrou disposta a fazer concessões com relação ao que seus técnicos observaram. As atenuações produzem efeitos importantes; mostram uma realidade que não é condizente com o cenário cultural observado pelos pesquisadores.

Há, aqui, uma espécie de jogo de adequações entre as proposições mais gerais da Unesco em torno do tema das políticas culturais e aquilo que o Estados-membros desejariam ouvir sobre suas situações culturais. A estratégia nesse cenário é supor que certas ações – mesmo em plano cultural – precisam ser encaradas como se pudessem ser perpetradas apenas a partir de pressupostos técnicos. Esse ponto é condição mesma de possibilidade para atuação da Unesco em todas as esferas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A missão ao Brasil coordenada por Pierre Moinot gera, portanto, muitos questionamentos. Esse ponto é válido para o seu objeto, as políticas culturais no país; mais interessante, porém, é a maneira como ela mostra o funcionamento de uma rede de poder de uma elite que tem núcleos individuais importantes. Nesse sentido, deve-se levar em conta a centralidade do CFC – e seus intelectuais bastiões – na articulação da missão como se tivesse como escopo a proposta de criação de um ministério dedicado somente à cultura. Pode-se perceber, nesse processo, a maneira como a assistência técnica da Unesco é utilizada como recurso. Ou seja,

caso o relatório apontasse de modo contundente a necessidade de criação de um ministério da cultura, ele poderia ser utilizado para produzir lobby junto às autoridades brasileiras. E é visível como Carlos Chagas manobra suas interações nesse sentido, modulando seu discurso dependendo do interlocutor. Assim, quando se reportava ao Ministério de Relações Exteriores tratava a missão como um trabalho junto ao CFC para melhor articular as ações da Unesco no Brasil; já na interação com a Unesco, utilizava-se de um léxico identificável com as políticas culturais francesas, mencionando diretamente a possibilidade de criação de um Ministério de *Assuntos Culturais* – mimetizando, portanto, o *Ministère des Affaires culturelles*.

O que se verifica, assim, é uma perspectiva personalista para o trabalho público. É claro que seria possível justificar certas atitudes por conta de uma suposta necessidade real de um ministério dedicado à cultura. Mas não é possível deixar de lado que essa questão se insere numa disputa, orientando uma posição que não é exatamente democrática – e nem poderia ser pelo regime militar vigente – ou mesmo republicana. Ela está ligada ao lugar de uma elite em certa posição na estrutura social e, com a mesma intensidade, a sua manutenção.

Não se contava, porém, que a missão teria outros interlocutores e que traria uma perspectiva para a situação cultural brasileira que refletia mais do que a opinião dos membros do Conselho e seus indicados. A missão de Moinot teceu críticas ao CFC, especialmente pelo seu aspecto geracional – incapaz de lidar com a juventude – e pela maneira como era composto – indicação presidencial. Teve contato, ainda, com outras propostas para gestão da cultura em nível federal, como uma reforma no próprio Ministério da Educação, para que comportasse uma secretaria dedicada à cultura.

Por outro lado, a Unesco também joga e tem uma atuação condizente com o cliente efetivo da missão: o Estado brasileiro. É nesse registro que podemos ler as diversas informações presentes nos relatórios preliminares dos consultores da missão que não chegam ao documento final. Não seria interessante devolver para o Estado aquilo que ele produz de modo sistemático e consciente; no caso em estudo aqui, o massacre dos indígenas e a censura. Qualquer leitor que tenha algum conhecimento da história do Brasil, por sinal, estranha a ausência de reflexão mais efetiva no relatório sobre o regime autoritário vivido no país. Para a Unesco, a cooperação técnica estaria situada acima de questões políticas; e essa perspectiva é o que garante a interação com Estados nacionais tão diferentes.

Tanto essas ações de Carlos Chagas e do CFC como as da Unesco guardam, porém, um sentido basal que permite a relação entre esses diferentes agentes e agências. O ponto central nesse sentido é uma *mesma* imaginação cultural de Brasil, que é simultaneamente pressuposta e prospectiva. O país é descrito como uma espécie de confluência harmônica, cuja diferencia-

ção cultural racializada não seria suficiente para gerar conflitos efetivos. É aí, portanto, que é possível produzir uma potencialidade popular latente que, com organização, poderia gerar desenvolvimento. Esse processo, contudo, precisaria ser guiado; seja pelas inteligências mais importantes do país congregadas no CFC, seja pela cooperação técnica da Unesco. Esse processo de arregimentação do desenvolvimento passa por uma elite, mesmo que definida a partir de conhecimentos supostamente técnicos.

É no esteio do desenvolvimento – aqui qualificado como cultural – que se pode antever uma espécie de caminho a partir de um roteiro teleologicamente estabelecido para certo progresso. Um discurso civilizatório – calcado na preservação de formações culturais historicamente diferenciadas, mas também no fomento da cultura da elite letrada e na defesa de certa produção artística popular qualificada como artesanato – é condição de possibilidade para esse desenvolvimento. É esse pressuposto teleológico que faz com que seja possível para uma missão com tão pouco conhecimento e pesquisa no Brasil produzir um relatório com recomendações imaginadas como eficazes. A diferença, assim, tem um papel já determinado a desempenhar – ela não pode ser produtiva para o processo civilizatório. Nesse jogo do mesmo e do outro, o mesmo parece sempre prevalecer.

É claro que essas proposições têm matizes diversos. Seria possível, assim, associar de modo mais direto o pensamento social brasileiro desse momento – literalmente personificado no CFC – a uma elaboração da diferença pela mestiçagem, ao passo que a Unesco produziria seu trabalho através de uma inscrição das diferenças entre os países a partir da diversidade cultural. Em comum, porém, há a pressuposição de que a diferença não seria imediatamente associada à desigualdade. Se o discurso é racializado apenas num sentido cultural muito específico, não há espaço, por exemplo, para produzir uma crítica do racismo que marcava – e marca – o país e o mundo.

Não é por acaso, assim, que parece haver uma certa intercambialidade de indivíduos que exercem os cargos – pois o jogo pressupõe as posições e certo perfil. Há características genéricas nesses sujeitos que são condições para que ocupem essas posições. Em um importante trabalho dos anos 1980, Quintella (1984) apresentava a existência de um *ethos* de grupo em certa elite nacional que transitava por importantes instituições federais. Esse ponto seria visível nos maneirismos dos discursos, na deferência com que se tratavam, na erudição que procuravam demonstrar, e, é claro, em certa origem de classe. São essas características que permitem o trânsito institucional fluido – do CFC à Unesco, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) à Academia Brasileira de Letras (ABL). Mas são as estruturas mesmas da produção de desigualdade no país que fazem com esses postos sejam possíveis nos moldes conhecidos. E

são esses sujeitos, postos e processos institucionais que conformam *locações sociais* para *relações* – retomando os termos de Tilly (2000) – também em nível internacional.

Talvez seja o próprio Carlos Chagas Filho, que chegaria a fazer parte do CFC em 1979, quem melhor sumaria esse processo a partir da atuação das nossas elites. Em tom algo autocrítico, já com 80 anos, faz a seguinte avaliação:

Acho que no Brasil as classes dirigentes são extremamente faltosas, porque nós – se bem que isso é típico de nossa herança portuguesa – não temos espírito público. Possuímos um espírito pessoal privativo, queremos as coisas para nós e não para a coletividade. Nós herdamos o estado de espírito do colonizador temporário. [...] Nossas elites são predatórias. Elas só têm a visão imediatista e são muito ignorantes (CHAGAS FILHO, 2000, p. 726).

Essa avaliação, ainda pujante e atual, sistematiza a produção de desigualdade no Brasil e os jogos de poder que a sustenta. Qualquer cenário efetivo de mudança, só será possível quando as tecnologias desse espírito colonizador forem efetivamente dissipadas.

## REFERÊNCIAS

1. BASTOS, Cristiana. Tristes Trópicos e Alegres Luso-Tropicalismos: das notas de viagem em Levi-Strauss e Gilberto Freyre. **Análise Social**, v. 33, n. 146-147, p. 415- 432, 1998.
2. BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Petrópolis: Vozes, 2013.
3. BOTELHO, Isaura. **Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural; 1976-1990**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.
4. CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
5. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. Niterói: EdUFF, 2014.
6. CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
7. CHAGAS FILHO, Carlos. A ciência como profissão: entrevista com Carlos Chagas Filho. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 2, p. 703-734, 2012.
8. CHAGAS FILHO, Carlos. **Carlos Chagas Filho (depoimento, 1976/1977)**. Rio de Janeiro: 2010 [1977], CPDOC. 176 p.

9. CHAGAS FILHO, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: René Maheu. Paris, 13 fev. 1968.
10. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Rio de Janeiro, dez. 1969.
11. COSTA, Lílian Araripe Lustosa da. **A política cultural do Conselho Federal de Cultura, 1966-1976**. 2011. 127f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2011.
12. DJIAN, Jean-Michel. **La Politique culturelle, la fin d'un mythe**. Paris: Gallimard, 2005.
13. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
14. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. (v. 2).
15. FABRIZIO, Claude. (org.). **La dimension culturelle du développement, vers une approche pratique**. Paris: Éditions Unesco, 1995.
16. GONÇALVES DIAS, Caio. O tratamento da cultura no Brasil e sua institucionalização: marketing cultural e políticas culturais como processos de formação de Estado (1985-2013). **Revista Antropológicas**, v. 26, n. 2, p. 55-80, 2015.
17. GONÇALVES DIAS, Caio. Ordem do dia: uma análise do trabalho da Unesco em torno das políticas culturais (1979-82). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 1, p. 165-184, 2020.
18. GONÇALVES DIAS, Caio. **A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mórula/FAPERJ, 2021.
19. GUIMARÃES, Ely. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Campinas: [s.n.], 1999.
20. HENQUET, P; SAMMAK, A. **Propositions relatives à l'élaboration d'un projet-pilote d'alphabétisation fonctionnelle**. Brésil - (mission) janvier-février 1968.
21. LEACH, Edmund; MUKHERJEE, S. N. **Elites in South Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
22. LEWIS, Diane. Anthropology and Colonialism. **Current Anthropology**, v. 14, n. 5, p. 581-602, 1973.
23. MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012.
24. MAIO, Marcos Chor. Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 111-136, 1999b.

25. MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
26. MARCUS, George. **Elites: Ethnographic Issues**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983.
27. MAUREL, Chloé. **L'UNESCO de 1945 a 1974**. 2006. 1.169f. Tese (Doutorado em História) – Université Panthéon-Sorbonne, Paris I, 2006.
28. MICELI, Sergio. (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
29. MOINOT, P. [Correspondência]. Destinatário: René Maheu. Paris, 15 abr. 1969.
30. MOINOT, P.; BATTAINI, A.; SAID, R. **Politique Culturelles** (Brésil). Relatório de Missão (20 Novembre – 19 Decembre 1968). Paris, 1969.
31. MOINOT, P.; BATTAINI, A.; SAID, R. **Politique Culturelles** (Brésil). Relatório de Missão (20 Novembre – 19 Decembre 1968, Versão Preliminar). Paris, 1968.
32. MOSCA, Gaetano. **La clase política**. México: FCE, 2004 [1923].
33. OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.
34. PARENT, Micheç. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique: Brésil** (Rapport de Mission) 24 novembre 1966 - 8 janvier 1967, et 19 avril - 1er juin 1967, 1968.
35. QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? *In*: MICELI, Sergio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 113-134.
36. SCHWARZ, Roberto. Cultura e política no Brasil: 1964-1969. *In*: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
37. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
38. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia (USP)**, v. 55, p. 559-564, 2012.
39. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GONÇALVES DIAS, Caio. Anthropology and the State in Brazil: questions concerning a complex relationship. **Vibrant (Florianópolis)**, v. 17, p. 1-21, 2020.
40. SUED, Ibrahim. Coluna. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 dez. 1968.
41. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O Brasil no mundo. *In*: AARÃO, Daniel Reis

- (org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 127-181.
42. THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. *In*: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.
43. TILLY, Charles. How do relations store histories? **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 721-723, 2000.
44. UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study** (Studies and documents on cultural policies Series). Paris: UNESCO, 1969.
45. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
46. WRIGHT, Susan. The politicization of culture. **Anthropology Today**, v. 14, n. 1, p. 7-15, 1998.

*Caio Gonçalves Dias*

Pós-Doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1061-0550> E-mail: [caiogdias@gmail.com](mailto:caiogdias@gmail.com)